



**Grande Reportagem Televisiva
Internet: mundo virtual, perigos reais**

Denise Galvão

Universidade Paulista - UNIP
Instituto de Ciências Sociais e Comunicação
Campus de Bauru

Trabalho apresentado ao Expocom, na divisão temática de Jornalismo, do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste



RESUMO

A cobertura da mídia televisiva sobre o ambiente internet é a base deste trabalho. Para tanto, são abordadas as vertentes que envolvem o tema internet, como as questões jurídicas, os benefícios e riscos a que ela expõe o usuário e a sua influência no comportamento da sociedade brasileira. No contexto da comunicação, são investigados a influência da web nos programas jornalísticos televisivos de rede aberta, suas semelhanças e proximidades com a internet.. Somado a isso, os estudos sobre gêneros e categorias/formatos foram fundamentais para definição do produto mais adequado para esclarecer o telespectador sobre os cuidados com o ambiente internet, bem como usufruir melhor de suas possibilidades. As observações corroboraram a decisão de focar o projeto no gênero jornalismo interpretativo e na categoria grande reportagem.

Palavras-chave: Jornalismo; Televisão; Internet.

1 - Introdução

Este Projeto Experimental reúne informações, entrevistas e pesquisas sobre as ameaças e o nível de segurança do ambiente internet na atualidade brasileira, resultando em uma grande reportagem veiculada em um programa jornalístico de televisão com proposta de exibição em rede aberta. Devido às mudanças que a internet vem causando na sociedade, o grupo viu a necessidade de mostrar de forma aprofundada os riscos e benefícios desse ambiente. Isso porque a internet é um meio que possibilitou a aproximação do espaço entre pessoas de locais diferentes e a interatividade entre elas, além da extensão de várias capacidades naturais dos seres humanos, como a câmera que traduz a visão e o microfone, que representa a voz. Entretanto, todos esses aspectos causados na sociedade pela internet possibilitaram também a exposição dos usuários a muitos riscos. Os crimes virtuais ocorrem hoje com frequência e tamanha é a dificuldade para contê-los que a legislação, não somente a brasileira, mas do mundo, tem tentado se adaptar a essa nova modalidade de crimes.

É fato que a internet, desde seu surgimento, em 1969, vem causando inúmeras transformações na sociedade. Suas características de interatividade e massividade possibilitam que todos sejam, ao mesmo tempo, emissores e receptores de mensagens. É um ambiente no qual todos podem escrever, dizer, escutar, ser ouvidos, vistos e lidos, a exemplo dos blogs, bate-papos eletrônicos, Orkut, fotologs, etc.

Nos últimos oito anos a *web* passou por um processo de democratização no qual o avanço tecnológico do setor fez com que ela estivesse cada vez mais presente no cotidiano das pessoas. Esse processo começou no ano 2000, quando surgiram os primeiros provedores gratuitos, investimento que motivou a criação de inúmeros sites na internet. Atualmente, comprar, vender, consultar saldos e pagar contas são algumas das atividades mais realizadas na rede. Sendo assim, não se pode negar que os usuários desse sistema acabam expostos a riscos que não correriam se desenvolvessem essas atividades diretamente nas lojas ou instituições bancárias. Somado a isso, atualmente qualquer cidadão tem liberdade para se expressar nas comunidades virtuais. Contudo, fatores como esses não devem permitir que criminosos ajam livremente por esse território. É necessário conciliar a democracia com a segurança desse sistema.

É comum ver, hoje, a imprensa publicar a ação de criminosos que usam a *web* como ferramenta para seus crimes e é exatamente nesse ponto que está a maior barreira enfrentada pela legislação brasileira. Os delitos de internet ainda não têm regulamentação no país, ou seja, não há uma lei específica que tipifique e penalize as



práticas criminosas cometidas por meio da *web*. É necessário deixar claro ainda que as dificuldades não são apenas legais, há também limitações técnicas de investigação por parte das autoridades.

Para mostrar o assunto de forma objetiva e de fácil assimilação, a televisão foi o meio escolhido para apresentar o trabalho realizado pelo grupo, pois, além de ser um meio de comunicação de massa que dispõe de recursos multimídia, atinge praticamente todas as classes sociais, uma vez que está presente em 90,3% das residências brasileiras, segundo dados da última pesquisa realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2003. A TV também é o veículo que mais se aproxima da internet por sua agilidade e quantidade de recursos audiovisuais. Além do mais, atualmente a televisão, por influência da *web*, está se tornando mais interativa, até mesmo em programas jornalísticos com um tom mais sóbrio. A escolha do veículo deve-se também ao fato de o assunto ser de interesse geral, e sendo assim o grupo entende que o vídeo encontraria um expressivo público receptor se veiculado na mídia.

Este projeto tem como objetivo cumprir com a função social do jornalismo de informar, elucidar e nortear as pessoas acerca de um perigo ao qual estão expostas, além de relatar e documentar para posteridade uma transformação importante ocorrida na sociedade devido ao advento da internet que é a configuração de novos tipos de crimes, e alertar para importância de uma legislação específica e um sistema de segurança mais eficaz, levando em consideração o fato de que até crianças têm acesso a um ambiente que as expõe a extremos riscos, tais como seqüestro e pedofilia, por exemplo.

Por todas essas considerações, este trabalho traz um questionamento: como é a cobertura jornalística da imprensa televisiva, de rede aberta, em relação aos crimes e à segurança na internet? Essas pesquisadoras buscaram analisar como o telespectador recebe as notícias dadas pela imprensa televisiva e se ela é suficiente para informar, proteger e proporcionar o devido resguardo ao telespectador quando este se torna, também, um internauta.

Levando em conta que nos últimos cinco anos houve uma popularização da internet no Brasil, nota-se que as matérias veiculadas em TV sobre esse assunto não foram tão aprofundadas e, portanto, não houve boa assimilação por parte dos telespectadores. O grupo constatou esse fato quando saiu às ruas para entrevistar os internautas sobre o assunto. Num total de 85 entrevistados, 62 declararam que as reportagens televisivas não têm sido um meio eficiente para informar de maneira clara e precisa sobre os perigos da *web*. Além disso, a equipe analisou as matérias veiculadas no primeiro semestre de 2008 no principal telejornal brasileiro de rede aberta, o Jornal Nacional, e constatou essa deficiência na transmissão desse tipo de informação.

A cobertura mais aprofundada do Jornal Nacional sobre internet foi feita no mês de maio de 2008. Contudo, o tema foi tratado no contexto de tecnologia, ou seja, não foi feita uma abordagem sobre legislação e não houve contextualização do assunto. A reportagem tratou de forma sucinta sobre o preparo da polícia e investigação de crimes na internet. Isso porque, como já foi dito, o foco da reportagem foi tecnologia. Dessa maneira o telejornal priorizou reportagens que mostraram as novidades para o setor, como ele avança muito rápido, como os equipamentos são descartados rapidamente gerando uma sucata eletrônica, etc.

O fato de a maioria das pessoas estarem insatisfeitas com a cobertura televisiva sobre os crimes virtuais motiva a abordagem deste trabalho, que ao falar sobre a deficiência do sistema de segurança brasileiro na internet, é uma proposta para a mídia promover o olhar para a questão da segurança nesse ambiente, e não apenas tratar da *web* sob o prisma do avanço tecnológico, pois ela é hoje um veículo de comunicação de massa através do qual a sociedade exerce sua liberdade de expressão, o que evidencia a



necessidade de uma legislação que acompanhe esse perfil. É uma proposta também para jornalistas e meios atentarem para a prestação de serviços no sentido de não apenas informar, mas também orientar a população para os perigos da internet, lançando um olhar crítico sobre o assunto.

2-Metodologia

2.1 – Veículo

Para tratar de forma didática um assunto tão amplo como a internet, foi escolhido um veículo semelhante a ela em linguagem multimídia, que agrega os recursos de imagem, som e texto: a televisão. Dessa maneira, o tema pode ser explorado permitindo uma melhor assimilação do conteúdo, uma vez que as memórias visual e auditiva do telespectador receberão informação.

Atualmente, a TV é um dos veículos com maior poder de penetração na sociedade. Isso porque 90% dos domicílios urbanos brasileiros possuem televisão, segundo pesquisa do IBGE. Essa informação mostra a potência do veículo de massa no Brasil, onde um ponto percentual no índice de audiência aferido pelo IBOPE significa que 52,3 mil brasileiros, só na Grande São Paulo, estão com a TV ligada.

É fato que a televisão revolucionou os costumes e padrões brasileiros. Trocar a leitura de um jornal, por exemplo, para assistir um telejornal é hoje a opção de muitos brasileiros. Em uma pesquisa realizada pelo grupo, entre 8 e 12 de setembro de 2008, com pessoas de 15 a 64 anos, na Universidade Paulista (UNIP), campus de Bauru, e nas cidades da região, como Piratininga, Agudos, Duartina e Barra Bonita, foi constatado que entre todos os veículos de comunicação a televisão é o segundo meio pelo qual as pessoas mais buscam informações, perdendo apenas para internet. De um total de 85 entrevistados, 46 preferem internet, 31 optaram pela TV, 4 pelo rádio, 3 por jornal impresso e 1 por revista. Uma das possíveis causas para a TV aparecer como o segundo veículo no ranking é que a informação televisiva, além de ser gratuita (em canal de rede aberta), já vem parcialmente interpretada, algo que atende às maiores necessidades de um trabalhador, por exemplo, que tem tempo escasso e fica extremamente fatigado quando chega a seu domicílio depois de uma jornada de trabalho.

Televisão e internet são dois meios que exploram bastante as capacidades do receptor. Produzir um vídeo com dois fatores tão semelhantes em características audiovisuais e que causam impacto necessita de uma linguagem que acompanhe suas características. A linguagem simples, coloquial, contudo correta, é um dos fatores que prendem a atenção do telespectador. No caso da TV uma mesma mensagem pode ser assistida do Acre ao Rio Grande do Sul, por exemplo, o que demanda uma linguagem universal, ou seja, que possa ser entendida por todos os receptores.

Por isso os textos na televisão não têm como se distanciar da linguagem “falada”. Eles não usam gírias ou vícios de linguagem, mas procuram transmitir a notícia de forma simples e direta. Esses cuidados são necessários porque um programa jornalístico transmitido em rede nacional pode ser visto por milhares de pessoas no país, o que significa grandes contrastes culturais e uma eloqüente necessidade de padronização da linguagem.

Guilherme Jorge de Rezende, mestre em ciências da comunicação e doutor em comunicação social, que atua principalmente na análise do discurso televisivo e estudos midiáticos, observa em seu livro *Telejornalismo no Brasil – Um Perfil Editorial uma análise sobre a função da locução televisiva*:



Inspirado, então, no discurso, o texto jornalístico cumpre essa função fática, procurando consolidar-se como um contato informal com o telespectador. Ao escrever sua matéria o jornalista de TV tem de pensar em tornar o texto inteligível para o locutor, a quem cabe lê-lo de forma compreensível para a audiência falada (2000, p 87).

Portanto, o jornalista deve preocupar-se não somente com a compreensão do telespectador, mas, também, com a sonoridade da locução do apresentador. Para isso, deve evitar-se palavras de difícil dicção, como, por exemplo, na frase “a confiabilidade nos bancos já não é mais a mesma”, é preferível que se use “a confiança nos bancos já não é mais a mesma”.

Além de uma linguagem que atinja aos mais diferentes tipos sociais, culturais e econômicos, a TV faz da imagem uma grande aliada para a transmissão de informações. Rezende destaca em sua obra a importância desse elemento e o poder que ela exerce na sociedade. Na concepção de Rezende, a informação visual é o elemento mais expressivo, assim texto e imagem devem harmonizar-se, atraindo o máximo o telespectador. Outra autora que segue essa mesma linha de pensamento é Vera Íris Paternostro, jornalista que trabalhou como editora do Jornal Nacional e como editora-chefe do Jornal Hoje, na Rede Globo, e hoje dirige o jornalismo da GloboNews. Em sua obra *O texto na TV: Manual de telejornalismo*, ela afirma:

O que concluímos aqui é que a imagem realmente deve ser uma preocupação constante da matéria, desde a elaboração da pauta, em todas as etapas da produção, até a edição final. Não podemos conceber uma reportagem de TV sem que prevaleça a presença da imagem (2006, p 76).

Portanto, a imagem tem papel primordial na transmissão da informação, colocando a TV num patamar diferente de outros veículos justamente por essa ferramenta. Os telespectadores estão mais interessados no que eles vão ver do que ouvir. Claro que a imagem aliada com o som completa a informação, mas, em alguns casos, quando não há o que se dizer, o que prevalece para passar a informação é única e exclusivamente a imagem.

Apesar da importância das imagens, um texto bem elaborado também é essencial para compor uma reportagem. É nele que o telespectador vai encontrar o amparo, a explicação para determinada imagem, por mais que ela seja auto-explicativa. Para Paternostro, uma escrita criativa é um dos ingredientes que o jornalista necessita para se destacar do estilo padronizado dos telejornais brasileiros:

A esses ingredientes devemos acrescentar algo que muitas vezes está no próprio jornalista: a emoção. Na prática do trabalho com a imagem, a sensibilidade também se desenvolve. Juntar a imagem, emoção e informação são uma boa saída para transmitir a notícia com a qualidade ideal. E, assim, cada um que escreve para a TV deve ainda encontrar um estilo próprio, pessoal, intransferível, de forma a se destacar do estilo padronizado que encontramos na televisão brasileira (2006, p 73).

Uma das maiores críticas aos telejornais brasileiros é justamente a padronização da linguagem. Principalmente porque o tempo para cada matéria ir ao ar é escasso, sendo que uma reportagem inserida em um telejornal tem como tempo padrão de 30 segundos a 2 minutos, o que força a condensação dos noticiários.



Para confirmar esse apontamento, o grupo fez uma análise de quatro telejornais exibidos no horário nobre e em rede aberta no Brasil: Jornal Nacional, Jornal da Band, Jornal do SBT e Jornal da Record. Neles foi constatado que o tempo dedicado às reportagens diárias é uma característica comum entre todos, pois não ultrapassa 3 minutos. Apenas reportagens especiais, como a cobertura das olimpíadas na China, por exemplo, é que receberam um espaço maior na grade televisiva, chegando até 6 minutos.

Portanto, para evitar o condensamento de um tema tão extenso como segurança e crimes pela internet, este trabalho foi produzido no formato de grande reportagem, inserida dentro de um programa jornalístico. A opção do programa é uma ferramenta para não cansar o receptor sobre o assunto tratado, além de permitir introduções que agirão como link entre as matérias.

2. 2 – Gênero

Para transmitir ao receptor um assunto que tem inúmeras variáveis, como a internet, esse trabalho segue como linha editorial o exercício do jornalismo interpretativo, que entre suas principais características busca não só informar, mas orientar e contribuir para que a sociedade aumente o seu acervo de conhecimento, como exemplifica o jornalista Eduardo Belo em um trecho de sua obra Livro-reportagem:

O jornalismo interpretativo ajuda o formar opinião sem opinar diretamente. Ele consiste em agregar informações, sobretudo históricas, aos acontecimentos recentes, estabelecer correlações entre os fatos, relatar precedentes e antecipar conseqüências[...] Interpretar, portanto, é garantir que o leitor tenha dados suficientes, com o máximo de objetividade, para chegar a um resultado plausível com base no que acabou de ler (2006, p 46).

Portanto, no jornalismo interpretativo os fatos expostos pela reportagem, seja ela impressa, radiofônica ou televisiva, merecem discussão, explicação e comentários, contanto que estes não emitam opinião, mas dêem o subsídio necessário para que o leitor ou telespectador tenha dados suficientes para que ele mesmo possa formar sua opinião. Além disso, o jornalismo interpretativo pretende também situar o seu público no contexto em que os fatos estão acontecendo, englobando todos os seus lados.

Seguindo esta premissa, o trabalho elaborado pelo grupo buscou fontes que atendessem todas as vertentes da internet: pessoas que sofreram algum tipo de dano com este veículo e pessoas que se beneficiam com a *web*. Além disso, ouviu a opinião de uma psicóloga, de populares, promotor de justiça, delegado, especialista em segurança virtual e de um hacker, tudo para que, por meio de todas essas fontes, o telespectador tenha condições de ultrapassar a superficialidade e conhecer de maneira aprofundada o assunto internet, seus perigos e benefícios. Essa ação é um exemplo da prática do jornalismo interpretativo.

O jornalista e professor universitário Pedro Celso Campos exemplifica, em um artigo publicado no site Observatório da imprensa, de que maneira o jornalismo interpretativo se diferencia dos demais gêneros:

No gênero interpretativo, o objetivo é mostrar ao leitor as várias conseqüências que um fato pode gerar, estudando suas origens, analisando suas implicações. Noticiar o bombardeio dos caças da Otan sobre Kosovo, na Iugoslávia, é informativo. Condenar esses



ataques é opinativo. Analisar causas e conseqüências da guerra no contexto europeu é interpretativo (2002, acesso em: set 2008).

Assim sendo, analisar causas e conseqüências de uma notícia é um dos maiores desafios do jornalismo interpretativo, uma vez que a interpretação exige tempo e investigação, o que, muitas vezes, é praticamente impossível num telejornal diário. Esse fato explica porque atualmente as reportagens mais densas, as grande reportagens, estão destinadas a programas específicos, de um só tema, como o Globo Repórter, SBT Realidade e Repórter Record. Para fazer reportagens desse gênero, Campos destaca que o zelo e a pesquisa são os pilares fundamentais para a sua construção.

Interpretar é dar detalhes, é apoiar-se em fontes especializadas, é conduzir o leitor por entre o emaranhado dos fatos, a partir do esclarecimento dos próprios fatos. Isto exige pleno domínio do assunto. O que faz Arnaldo Jabor, na Globo, ao analisar questões políticas e internacionais é interpretação. Interpretar não é editorializar, mas dar ao leitor elementos suficientes, relacionados à raiz e à essência dos fatos, para que ele forme opinião", ensina o Manual de Redação e Estilo de *O Globo* (supracit).

Campos complementa ainda que a reportagem interpretativa é a notícia, no seu modo clássico, completada com detalhes e informações esclarecedoras.

2.3 – Formato

Em sintonia com a linha editorial desse trabalho está o formato escolhido para produção do vídeo: a grande reportagem, que também trabalha o assunto de forma interpretativa. Foi necessário buscar fundamentação teórica em alguns autores da área a fim de entender as características, principais aspectos e recursos desta categoria jornalística. Entretanto, são raras as publicações que tratam especificamente, ou mesmo abordam em um capítulo, a grande reportagem televisiva.

O jornalista José Hamilton Ribeiro, baseado em suas experiências, escreveu 15 livros sobre reportagem e em sua obra *Repórteres, define* grande reportagem como:

Quando falo de repórter e de seu produto – a reportagem - estou ancorado basicamente na minha experiência e estou me referindo àquilo que Fernando Gabeira chama de “jornalismo de longo curso”, o mundo da “grande reportagem”. Reportagem grande, até mesmo no tamanho, sim, e abrigada principalmente (dentro do jornalismo escrito) na revista mensal, e na TV, em programas semanais (tipo Globo Repórter, Globo Rural) e especiais (2004, p 109).

Por isso, essa particularidade é adequada para esse trabalho. O aprofundamento das informações é a característica marcante da grande reportagem televisiva. Ela difere do documentário por ser mais imparcial, feita obrigatoriamente por um jornalista e abordar a maior parte de uma história. Seu formato consiste na composição de um vídeo ou filme, de uma série de informações sobre um acontecimento.

A reportagem pode ser aplicada tanto aos veículos impressos quanto à TV e ao rádio, pois seguem a mesma premissa. Em *Teoria do Jornalismo*, O jornalista doutor em lingüística e mestre em comunicação Nilson Lage assim a define:

A reportagem é a exposição que combina interesse do assunto com o maior número possível de dados, formando um todo compreensível e



abrangente(...) Compreende desde a simples complementação de uma notícia – uma expansão que situa o fato em suas relações mais óbvias com outros fatos antecedentes, conseqüentes ou correlatos (2006, p 76).

O conceito de reportagem para TV se norteia pelos mesmos aspectos da grande reportagem televisiva, porém com menos profundidade, pois os assuntos abordados são focados na notícia, na factualidade. Existem ainda características comuns entre as duas produções, como, por exemplo, o *off*, que é a narração do repórter sem imagem; a *passagem*, que é a narração com imagem; e a *sonora*, que é a fala do entrevistado com sua imagem. Mas a forma e quantidade em que esses elementos aparecem na reportagem não têm padrão, e não é proibido que novos elementos, como uma cena tirada de um filme, a componham.

Em *Teoria e técnica do texto jornalístico*, Lage atenta para o fator criatividade e discorre que na reportagem televisiva, o repórter que cria o texto deve trabalhar em íntima associação com o repórter cinematográfico, a fim de identificar e sustentar a linha narrativa. O autor considera que não existe uma regra fixa, mas que existem algumas formas de produção mais utilizadas.

Outro autor que discorre sobre esse tema é o jornalista belga, professor da Universidade Livre de Bruxelas, com prestigiado currículo no mundo televisual, Jean Jaques Jaspers. Na obra *Jornalismo Televisivo*, ele mostra que tem outra visão sobre esse tipo de produção jornalística. Para Jaspers, existe um modelo padrão, ou seja, uma forma certa de se montar uma grande reportagem.

As entrevistas são realizadas *in situ*, isto é, no decorrer da ação do vetor-chave ou de uma personagem entrevistada. As ilustrações devem concorrer para esclarecer o texto da reportagem ou mostrar aspectos específicos da ação do vetor-chave. A montagem deve ser narrativa e cronológica, na maior parte dos casos. Através de sucessivas fases da ação, a montagem fará descobrir os diversos elementos da informação que se quer midiaticizar (1998, p 23).

Mesmo com a opinião divergente dos autores em relação à montagem de uma grande reportagem, o que fica claro nesse debate é que existem, e são utilizadas durante a produção, características comuns entre os dois formatos. Porém a grande reportagem tem o diferencial de se concentrar sobre um fato ou situação e abordar o assunto sob vários ângulos e em profundidade. E nesse sentido, Jaspers faz suas orientações sobre os princípios da grande reportagem.

(...) o fio condutor da grande reportagem deve permitir abordar o maior número possível de aspectos da situação ou do fenômeno do qual se quer dar conta (...) este fio condutor é o vetor-chave que se trata do ponto de vista de medição, personificado para levar o essencial da informação. Este vetor-chave será uma personagem ou um grupo, escolhido em função das suas características pessoais, mas, sobretudo, em função da sua capacidade para simbolizar um conjunto, um grupo mais vasto (1998, p 22).

Para a produção de uma matéria, seja ela para grande reportagem ou não, é fundamental escolher uma pessoa ou uma comunidade que melhor represente a situação. Por exemplo, para fazer uma reportagem sobre crianças abandonadas no Brasil o jornalista pode optar por entrevistar um menino de rua, que pede esmolas no sinaleiro,



etc. Esse menino simbolizará na matéria uma geração de crianças que vivem nas ruas, ele será o representante desse grupo.

É fato que para não saturar um telespectador de informações é necessário um tempo entre as notícias para que ele possa assimilar e refletir sobre elas. Contudo, a televisão é uma indústria inserida em mundo capitalista e com isso a publicidade acaba ganhando um grande espaço na grade televisiva, reduzindo o tempo e as informações à sua forma mais banal para que as propagandas sejam vistas pelo maior número de pessoas ao mesmo tempo. O Jornal da Band, por exemplo, que é exibido no horário nobre e tem cerca de 1 hora de duração, destina aproximadamente 16 minutos para comerciais, conforme apontou uma análise feita pelo grupo em agosto de 2008. Com essa análise é compreensível o fato de muitos autores criticarem o escasso tempo que sobra para um telespectador receber as informações diárias.

Giovanni Sartori, filósofo, cientista político e licenciado em Ciências Sociais, teoriza que, por receber grande quantidade de informações em pouco tempo, o que acontece atualmente com o telespectador é uma mudança, um nascimento: “A *tele-visão* cria uma nova geração, porque surge o ser humano que se posta diante de um televisor antes de saber ler ou escrever. Esse novo ser perde grande parte de sua capacidade de abstração e da capacidade de formulação das idéias claras e distintas” (2001, pg. 08). Este autor denomina este homem de *Homo videns*, ser humano com uma diminuição da capacidade de conceber idéias claras.

Essa é uma crítica que certamente se tornará cada vez mais crescente no jornalismo, pois com o avanço da cobertura jornalística no mundo cada vez mais acontecimentos são noticiados. Pode-se dizer que essa é uma influência direta da internet que possibilita que as informações visuais e textuais sejam transmitidas instantaneamente pelo planeta.

O sociólogo e jornalista pela USP, Ciro Marcondes Filho, que é mestre pela USP, doutor pela Universidade de Frankfurt (RFA) e pós-doutor pela Universidade Stendhal de Grenoble (França), em sua obra *Televisão: a vida pelo vídeo*, também destaca a relação tempo/informação, e em sua análise enfatiza a superficialidade dos noticiários televisivos:

A anarquia do telejornal não ocorre logo na primeira página, como no jornal impresso, mas na apresentação de suas pequenas manchetes – *chamadas* – que se anunciam durante o noticiário. É uma miscelânea de diversos assuntos, apresentados um após o outro, sem que o telespectador tenha tempo de pensar e refletir sobre cada um deles. Mal são transmitidos já vem outra notícia, completamente diferente, que distrai outra vez o receptor, e assim até o final. Ninguém se informa seriamente de nada; só tem a *impressão* de ficar informado (1988, p 58).

Contra todas as críticas, surge a grande reportagem que, ainda que tenha um tempo determinado, vai trabalhar de forma mais aprofundada o tema. O telespectador não será surpreendido com um novo assunto, ao contrário, ele será informado ainda mais sobre o atual. Por esse motivo, para tratar da segurança e crimes na internet, essas pesquisadoras optaram por produzir uma grande reportagem.

Embora o tema seja abordado nesse formato, o grupo optou por inseri-la em um programa jornalístico, pois tendo em vista a complexidade do assunto, um programa permitiria elos entre as matérias e introduções que facilitariam o entendimento e não cansariam o telespectador.



Em *Roteiro para as novas mídias - do game à TV interativa*, Vicente Gosciola, doutor em Comunicação e pesquisador sobre tecnologias da informação em novas mídias, dá a mecanismos como essas introduções o nome de link, “que promove a inter-relação entre os conteúdos – e entre usuário e conteúdos – em um ambiente hipermidiático” (2003, p 79,80).

Os links geram um processo realizado com os conteúdos apresentados através das ferramentas de acesso e com as suas competências de expressividade desde os meios internos e externos de observação e comunicação, como a visão e a audição, em que permita a leitura e a audição de textos, de sons e imagens estáticas e de imagem em movimento. São os articuladores dos conteúdos de uma hipermídia e, por promoverem o encontro entre conteúdos distintos – como em uma seqüência de planos pontuados por diversos tipos de transição na edição de um filme -, são responsabilizados por possibilitar a subjetivação do usuário (2003, p 212-213).

Assim, programas jornalísticos são os que têm maior capacidade de promover essa interatividade, seja pelo tempo maior ao qual é disposto, seja pela limitação a um único assunto com várias vertentes, diferentemente da estrutura dos noticiários televisivos. Porém, não há uma bibliografia específica para definir esse tipo de programa, como afirma o jornalista e professor universitário José Carlos Aronchi de Souza, em *Seja o primeiro a saber – A CNN e a globalização da informação*.

A classificação de categoria e gêneros em televisão vem sempre acompanhada de um conceito com poucas referências científicas: trata-se do termo formato, tido como jargão no mercado de produção, mas não reconhecido e sistematizado em obras científicas que abordam o tema. Associado ao gênero de um programa, está diretamente ligado à um formato que é definido como as características gerais de um programa de televisão (2005, p 79).

Assim sendo, sob o olhar do autor, pode-se basear o conceito de programa jornalístico em experiências anteriores, como os programas Globo Repórter, da Rede Globo, e SBT Realidade, do SBT, onde um assunto é tratado de forma aprofundada. Esse tipo de programa pretende analisar todos os lados, diferindo-se do documentário por não deixar clara a opinião do repórter ou do programa, mas, ao contrário, tentar ao máximo realizar o jornalismo interpretativo, dando voz a todas as vertentes do assunto.

Ao discorrer sobre programas jornalísticos e seus links, Gosciola citou uma característica importante: a interatividade, que devido à influência trazida pela internet já pode ser sentida em muitos aspectos, sobretudo na televisão. Já é notável como os programas jornalísticos estão se adaptando para abarcar o público jovem que prefere ficar navegando pela internet, e não perder o público adulto.

Por todas essas influências pode-se notar que os formatos televisivos estão em constante transformação, além disso, o contraste de opiniões entre os autores também indicam que não existe fórmula exata para se fazer uma reportagem ou um programa jornalístico.

2.4 – Tema



Como vimos anteriormente, a internet não só está presente como também influencia as formas de produção jornalísticas, e dessa maneira o tema deste trabalho, de certa forma, se interliga com a mídia escolhida.

Para assegurar o bom desenvolvimento desse assunto é necessário falar um pouco das características da internet. Nesse ambiente há uma troca de informações muito grande, sendo possível encontrar entretenimento, conhecimento e notícias em tempo real, ações que se dão através de blogs, sites, comunidades, bate-papos eletrônicos, etc.

Devido à democratização da internet no Brasil, através dessas ferramentas, as pessoas ficam mais expostas a qualquer tipo de risco que a rede possa oferecer. Em um blog, o usuário expõe seus dados pessoais, além de suas fotos, da família e de amigos, que podem ser roubadas ou trocadas por imagens pornográficas, por exemplo.

Para abordar os riscos que a internet pode trazer, foi necessário buscar fundamentação teórica em outra área além da comunicação: o direito. Nesse aspecto, a obra *Direito e Internet - aspectos jurídicos relevantes* (2000), coordenada pelo mestre em direito comercial e doutor em direito Newton De Lucca, juntamente com o mestre em direito das relações sociais e doutor em direito das relações Adalberto Simão Filho foi uma das norteadoras do entendimento acerca dos aspectos jurídicos sobre segurança na Internet. Para os autores, fica claro que a legislação, ou a falta dela, é uma barreira para ação da justiça frente à vulnerabilidade oferecida por esse território.

(...) o tratamento jurídico das questões que englobam a evolução tecnológica, notadamente a informática, tem se tornado um dos maiores desafios da sociedade moderna (...). No Brasil o Direito de Informática ainda é embrionário. Temos encontrado seríssimas dificuldades que começam na incapacidade técnica das autoridades públicas para a apuração da materialidade e da autoria das ocorrências à aplicação da legislação atual vigente (p120).

A importância desta abrangência, do tratamento e discussão desse assunto, é o fio condutor da obra de LUCCA e FILHO, “(...) em princípio, ao leigo, isto é ótimo, pois se pode obter informações sobre um (microcomputador) sem número de assuntos, de qualquer lugar do planeta (...) Associada a esta facilidade vem uma palavra de cinco letras que faz repensar tudo : RISCO!!!” (2000, p 131).

Em *Segurança na Internet*, Terry Bernstein, Anish Bhimani, Eugene Schultz e Carol Siegel orientam sobre os cuidados na questão da territorialidade que envolve o tema. Para eles, os usuários podem, facilmente e ingenuamente, violar a segurança ou ofender a cultura de outro país só de teclar um botão.

Os usuários da internet são capazes de acessar facilmente informações em países cujas culturas, valores e práticas são semelhantes aos seus. O que é aceitável em um país pode ser ofensivo em outro. Na verdade ao percorrer os servidores da web estrangeiros na internet, os usuários podem ser forçados a tomar decisões com implicações legais e de segurança simplesmente dando um clique sobre um botão (1997, p 402).

Por tudo isso é necessário proporcionar para sociedade uma visão crítica e discussão sobre o assunto. Muitos usuários não sabem que o simples acessar de uma página na internet pode lhes causar alguns transtornos legais com as relações exteriores ou até mesmo nacionais. Isso sem falar nos riscos que eles acabam expostos.



3 - Desenvolvimento

Pesquisa feita pelo grupo na região de Bauru apontou que o conhecimento dos usuários com relação à segurança da internet é realmente escasso, por esse motivo a incidência de crimes virtuais vem crescendo na região. Em maio de 2008, a equipe fez um levantamento em quatro delegacias de Bauru e nelas constatou que as divisões policiais têm registrado esse tipo de ocorrência. A Polícia Federal, consultada pelo grupo em outubro de 2008, também fez o mesmo apontamento e afirmou ainda que, comparados os períodos de janeiro a julho de 2007 e 2008, nota-se um crescimento nos registros de crimes virtuais. Ambas as fontes não disponibilizaram estatísticas sobre esses registros. A argumentação foi de que o próprio volume de trabalho que eles têm tido são suficientes para afirmar que esse aumento existe.

A simples incidência desses acontecimentos demonstra a falta de informações preventivas e reforça a necessidade de uma cobertura a respeito do tema. O crime mais comum que as delegacias têm registrado é contra a honra da pessoa, no qual provocações e calúnias são disseminadas através de sites de relacionamento e comunidades virtuais. Na seqüência está a interceptação de dados que são cometidas pelos chamados *hackers*, seguido da violação de direitos autorais e os furtos mediante fraudes eletrônicas, que são aqueles casos de compra e venda pela internet onde o indivíduo paga e não recebe o produto. O levantamento também apontou que as vítimas desconhecem os riscos do ambiente e por isso ficam tão expostas aos usuários fraudulentos. A falta de informação sobre segurança na internet foi uma das causas mais apontadas pelas vítimas ao justificarem, nas delegacias, o porquê do fato ocorrer.

Outro dado importante constatado por essas pesquisadoras foi que hoje, no Brasil, existe uma fragilidade de regulamentação de crimes virtuais. Há a falta de uma legislação que defina os diferentes tipos de crimes e facilite que a justiça tenha acesso aos dados de usuários que fraudam o sistema. Isso impede a rapidez na punição de crimes da *web* e colabora para que cresçam desenfreadamente os crimes virtuais no Brasil.

Para que todas essas informações fossem comprovadas visualmente, o grupo seguiu a perspectiva de PATERNOSTRO, segundo a qual a imagem na televisão tem um papel fundamental na transmissão de informações. Dessa maneira, na fase de captação de imagens, uma entrevista de rua foi feita na cidade de Bauru para comprovar, através dos depoimentos visuais, que os usuários de internet não têm conhecimento do grau de periculosidade ao qual estão expostos. Esses entrevistados demonstraram conhecimento sobre os crimes virtuais, mas quando o assunto é medidas de segurança se mostraram desinformados.

Após a escolha da mídia, o gênero jornalístico foi de extrema importância para indicar os rumos deste trabalho. Conforme discorreu JESPERS, “o fio condutor da grande reportagem deve permitir abordar o maior número possível de aspectos da situação ou do fenômeno do qual se quer dar conta”, essa característica norteia esse trabalho, que ouviu vários lados envolvidos na questão.

Não foram ouvidas apenas fontes oficiais, como polícia e autoridades, mas também um hacker, que representa os “causadores” da insegurança virtual. Algumas fontes falam da internet como ferramenta positiva no seu cotidiano, outras contam como a web foi o mecanismo que trouxe prejuízos. Existe ainda nesse trabalho a opinião de uma psicóloga, e explicações e orientações de especialistas em sistemas de informática e segurança na internet. Essas pessoas foram ouvidas no intuito de ressaltar a pluralidade de opiniões acerca do assunto internet. Nesse ponto é válido destacar que as opiniões dos entrevistados são a sustentabilidade desse trabalho que colheu pontos de



vista de 85 pessoas em uma pesquisa de campo, a fim de se chegar a um indicativo para os apontamentos feitos por essas pesquisadoras. Ao falar sobre a suficiência do tempo dedicado as matérias de TV, a veiculação de informações preventivas sobre crimes virtuais na TV e o momento da abordagem dessas matérias somente uma pesquisa de campo com telespectadores de diferentes idades, classes sociais e região poderiam comprovar ou não as hipóteses levantadas nesse trabalho.

Escolhidas mídia e gênero jornalístico, surgiu uma nova visão para o grupo, na forma de apresentar a grande reportagem: um programa jornalístico. Devido ao grande número de fontes e complexidade para estruturar a ordem de apresentação de tantos lados dessa história, o programa jornalístico cumpriu função importante nesse aspecto. GOSCIOLA chamou de link elementos como esses que promovem a inter-relação entre os conteúdos e entre usuário e conteúdos. A escolha de duas apresentadoras e a divisão do programa em três blocos visou também a inter-relação desses links, além de dar mais dinamicidade ao programa, principalmente sendo um assunto tão complexo e com tantas facetas como a internet. Há ainda nesse aspecto a possibilidade de trabalhar mais o tema, pois é um recurso que vem agregar possibilidades de interatividade com o telespectador.

4- Considerações finais

Por todas as análises realizadas neste trabalho o grupo pode constatar algumas das hipóteses levantadas e chegou a um indicador para ao seguinte questionamento: como é a cobertura jornalística da imprensa televisiva, de rede aberta, em relação aos crimes e à segurança na internet?

A fim de chegar a uma resposta para essa pergunta, o grupo fez uma pesquisa no acervo digital do telejornal Jornal Nacional para observar quantos e quais tipos de informação já foram veiculadas sobre segurança na internet no período de janeiro a julho de 2008. Foi constatado que nesses seis meses o Jornal Nacional veiculou nove matérias acerca do tema internet, na qual uma delas foi uma reportagem especial focada em tecnologia e lixo eletrônico. As outras matérias não trataram diretamente do tema, apenas divulgaram prisões, investigações e operações policiais sobre os crimes cometidos por meio da *web*, ou seja, trataram do assunto sempre depois do acontecimento e com foco no factual apenas.

Além dessa pesquisa, os 85 entrevistados no questionário aplicado pelo grupo acabaram por confirmar uma das hipóteses levantadas por esse trabalho: a cobertura televisiva feita acerca dos crimes virtuais ocorre sempre depois dos delitos ocorridos, deixando os espectadores informados da ocorrência desses crimes, porém desinformados sobre medidas preventivas, informações aprofundadas, entre outras. Essa afirmação foi assinalada pela maioria dos entrevistados, ou seja, 84 pessoas.

Esse dado mostra como é relevante a proposta feita por estas pesquisadoras no início deste trabalho, em que foi apontado que jornalistas e meios, ao tratar do tema internet, devem se atentar para a prestação de serviços, já que a população se sente desinformada sobre medidas preventivas a respeito dos crimes virtuais. Então, por que não deixar prevista na grade televisiva um número de matérias sobre internet para serem veiculadas ao longo do ano? Como foi apresentado neste trabalho a *web* tem inúmeras vertentes, o que permite que muito material seja produzido, e dessa maneira a cada matéria poderia ser abordado o tema segurança sob um foco diferente, pois a cada dia surgem novidades nesse setor.

Por isso essas pesquisadoras se sentem à vontade para afirmar que com um pouco mais de atenção os programas e telejornais televisivos podem atender essa



necessidade de informação apontada pelos telespectadores na pesquisa, e não apenas se prenderem a noticiar os fatos depois de ocorridos. Ainda na pesquisa, foi constatado que mais da metade dos entrevistados acredita que o tempo de veiculação desse tipo de matéria é insuficiente para o telespectador ficar bem informado, se formos considerar que este utilize somente a televisão como fonte de informação. O resultado foi 58 pessoas afirmando que no tempo é insuficiente e 37 relatando suficiência.

Para complementar o item da pesquisa que abordava sobre o tempo de veiculação das matérias, no mês de agosto o grupo fez uma análise de conteúdo e tempo das matérias veiculadas nos principais telejornais da televisão brasileira: Jornal Nacional (Globo), Jornal do SBT (SBT), Jornal da Band (Bandeirantes) e Jornal da Record (Record). Em todos os telejornais, o grupo constatou que o tempo dedicado à publicidade ocupa uma grande parte do período de exibição do telejornal. No Jornal da Band, por exemplo, 16 minutos dos 60 que o telejornal possui estão disponíveis para publicidade. Isso comprova que as matérias, dos mais diversos temas, têm que ser distribuídas num curto espaço de tempo. Sobre o tempo das reportagens, constatou-se que, em média, elas duram 2 minutos, exceto matérias especiais, de datas temáticas, como as Olimpíadas, por exemplo. Ainda dentre os assuntos abordados nos telejornais foi observado que esportes, economia, política e assuntos internacionais garantiram o maior espaço no noticiário.

Por todas essas considerações o grupo concluiu que este é um projeto de grande relevância para a sociedade, já que informações das polícias civil e federal revelaram que há um crescimento na ocorrência dos delitos virtuais em todo o país. Sendo assim, a imprensa deve proporcionar a prestação de serviços no sentido de cada vez mais apresentar formas de as pessoas se prevenirem, promover a crítica reforçando em suas reportagens a necessidade de uma regulamentação para essas práticas virtuais, até mesmo porque há anos um projeto de lei tramita no congresso sem aprovação. Dessa forma fica clara a necessidade de orientar a população sobre os perigos da internet, tentando promover dessa maneira uma mudança nesse sistema.

Contudo, não se pode deixar de considerar que a *web* é uma ferramenta positiva, que possibilita realizações extraordinárias nos campos da comunicação, saúde, ciência, entre outros. É necessário, portanto, que a imprensa, principalmente a massiva televisão, por meio do trabalho dos jornalistas, saiba organizar a informação para que a sociedade não tenha medo da ferramenta do futuro e ao mesmo não fique a quem de dados sobre como se proteger no vasto território virtual.

5 – Referências bibliográficas

BARBEIRO, Heródoto; RANGEL, Patrícia. **Manual do Jornalismo Esportivo**. São Paulo: Contexto, 2006.

BECKER, Beatriz. **A Linguagem do Telejornal** - um estudo da cobertura dos 500 anos do Descobrimento. Rio de Janeiro: e-papers, 2005.

BERNSTEIN, Terry; et al. **Segurança na Internet**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

DANTAS, Audálio. **Repórteres**. São Paulo: Senac, 2004.



FILHO, Ciro Marcondes. **Televisão: a vida pelo vídeo**. São Paulo: Moderna, 1988.

GOSCIOLA, Vicente. **Roteiro para as novas mídias** – do game à TV interativa. São Paulo: Senac 2003.

JESPERS, Jean-Jacques. **Jornalismo Televisivo**. Coimbra: Minerva, 1998.

LAGE, Nilson. **Teoria e técnica do texto jornalístico**. São Paulo: Campus, 2005.

LIMA, E. P. **Páginas Ampliadas**. O Livro reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. Barueri: Editora Manole, 2004.

LUCCA, Newton De; Simão Filho, Adalberto (coordenadores) e outros. **Direito & Internet** – aspectos jurídicos relevantes. São Paulo: Edipro, 2001.

PATERNOSTRO, Vera Íris. **O texto na TV: Manual de telejornalismo**. São Paulo: Campus, 2006.

PENA, Felipe. **Teorias do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

REZENDE, Guilherme Jorge. **Telejornalismo no Brasil** – Um perfil editorial. São Paulo: Summus, 2000.

ROCCO, Maria Thereza Fraga. **Linguagem Autoritária** – Televisão e Persuasão. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SARTORI, Giovanni. **Homo Videns: Televisão e Pós – pensamento**. Bauru: Edusc, 2001.

SOUZA, José Carlos Aronchi. **Seja o primeiro a saber** – a CNN e a globalização da informação. São Paulo: Summus, 2005.

VIANA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2006.

CAMPOS, Pedro Celso. Sala de aula - o texto interpretativo. **Observatório da imprensa**, São Paulo, 2002. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos>. Acesso em: 10 set 2008.

CIBERNÉTICA do mal. **Revista eletrônica Consultor Jurídico**, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/static/text/66708,1>. Acesso em: 29 mai 2008.